

Poder Popular



Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista Ano I N.º 22 (Nova Série) 30 de Dezembro de 1975 Preço 4\$00

1926?



a Rádio Renascença restituída à Igreja — A GNR guarda os "restos"!

NÃO! DEZ./75! A LUTA CONTINUA!

neste número:

25 Abril - 25 Novembro



19 MESES DE LUTA

balanço:

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA
PARTIDOS E INTERESSES DE CLASSE
LUTA OPERÁRIA LUTA ESTUDANTIL

**ENTREVISTAS
COM MULHERES
DOS MILITARES PRESOS**

EM FRENTE COM

Na história nada está decidido de antemão, e o papel das forças políticas no processo histórico é sobretudo resultado da compreensão que eles são capazes de ganhar acerca da realidade social e política e das maneiras concretas de nela influir.

Por isso, na acção política, a estratégia dos organismos partidários vale o que valer a sua capacidade táctica e nenhuma organização política pode ser analisada exclusivamente pelo projecto de sociedade que defende, sem entrar em linha de conta com as alianças sociais e políticas que pratica para o atingir.

É que os organismos partidários não existem por si mesmos. Existem na medida em que se identificam os sectores sociais que existem e se contradizem na sociedade, e na medida em que são reconhecidos por esses sectores como seus representantes na luta política que travam.

Nenhum partido permanece como tal, quando os sectores sociais de que se reivindica o ignoram e o desprezam. Reduz-se a seita insignificante e a história prossegue a sua marcha irreversível sem se deter a contemplá-la.

Nem se constrói um partido pela mera vontade intelectual deste ou daquele grupo dirigente se isso não corresponde às necessidades objectivas de defesa dos interesses das forças sociais, no desenvolvimento das contradições da sociedade capitalista.

Quando o 25 de Abril rasgou as novas perspectivas de acção política legal e os militantes progressistas puderam agrupar-se livremente em organismos legais e encetar uma actividade de agitação e organização de massas de dimensões inéditas na nossa pátria, existia já um sector político que conduzia havia alguns anos a intervenção em diversos campos de luta e que encerrava em si opções políticas de esquerda diversas e contraditórias. Esse sector agrupou-se no Movimento de Esquerda Socialista e forjou uma plataforma política inicial conforme a sua tradição organizativa e à diversidade de opções políticas e ideológicas que encerra em si, isto é, organizamo-nos inicialmente como ponto de referência ideológico e político de uma intervenção dispersa, que ia da luta fabril à acção estudantil, e englobava militantes de formação ideológica e política radical, mas por vezes eclética, socialistas e revolucionários que recusavam o reformismo do P.C.P. mas não tinham opção comunista vigorosa e muito menos homogeneia.



Esta diversidade não era uma «riqueza» política. Isso poderam pensar alguns militantes do M.E.S. presos a opções ecléticas e ideias confusas sobre a Revolução Socialista e a organização de vanguarda da classe operária.

Esta diversidade não era uma insuficiência, um momento recuado no amadurecimento político dum estratégia comunista e dum organização de vanguarda, que se forjará na luta de massas como alternativa revolucionária ao reformismo.

O M.E.S. nasceu como agrupamento de militantes anticapitalistas. O M.E.S. foi inicialmente um

agrupamento de esquerda que recolheu militantes operários e intelectuais nascidos de práticas limitadas na generalidade sem compromissos partidários anteriores, em corte com a ideologia e a prática reformistas do P.C.P., mas sem uma clara consciência da alternativa a construir.

O M.E.S. nasceu como força orgânica a um processo de crise aberta da sociedade capitalista e a uma agudização extrema dos conflitos de classe e não foi inicialmente uma verdadeira força de classe.

Por isso, no seu seio teve mais peso de início a componente pequeno burguesa intelectual. O empenhamento do M.E.S. nas lutas operárias não provinha ainda de uma estratégia de classe amadurecida mas de uma intervenção parcelar dos militantes que se identificavam com a classe operária e a reconheciam como a classe consequentemente revolucionária, pela acção da qual o 25 de Abril poderia deixar de ser mero golpe militar e abrir o campo a uma revolução social.

O que mais fortemente nos uniu foi uma análise clara do processo revolucionário e o assumir de perspectivas de avanço que o movimento operário e popular nele ia produzindo. Mas entre nós, eram retiradas conclusões divergentes acerca do nosso próprio papel no processo revolucionário.

Para uns, havia que tornar o M.E.S. numa Frente de Animação Política que dinamizasse a organização das massas e pressionasse as forças políticas esquerda e o M.F.A. para um avanço democrático mais amplo e para um reformismo económico e social consequentes.

Para outros, para a maioria dos militantes do M.E.S. havia de optar sem hesitação pela difícil tarefa de construir uma força de classe que lutasse na vanguarda do movimento operário e impulsionasse o processo revolucionário no sentido da tomada do poder pelos trabalhadores.

Para aqueles, a Revolução Socialista não era possível em Portugal e havia que fazer uma «política realista» de aliança com sectores burgueses. Para estes, o processo mantinha a possibilidade de transformar na caminhada irreversível dos trabalhadores para a sua emancipação total.

Para uns, as concepções a adoptar do ponto de vista estratégico, tático e organizativo eram concepções não comunistas que visavam suportar a conquista de postos no aparelho de Estado, sem lhes parecer necessário forjar uma força de vanguarda disciplinada e coesa que disputasse à hegemonia do movimento das massas ao reformismo.

Para outros, as concepções que a prática lhes indicava como as concretas eram as concepções comunistas, cabendo o papel da vanguarda no processo revolucionário à classe operária e tomando como tarefa central a unificação da sua vanguarda.

II

O I Congresso da nossa organização significou um triunfo claro das concepções comunistas da linha política e ideológica de classe que no M. E. S. se forjava, assimilando as lições do período rico da luta de classes e das experiências da classe operária pós 25 de Abril.

Esse triunfo tinha implicações notáveis em relação ao papel do movimento na luta política em Portugal. Ele marcou pela aprovação do nosso congresso político e através da prática posterior da organização a definição ideológica de uma nova corrente no movimento operário. O nosso programa político, as nossas consignas tácticas tornaram-se estandartes do movimento popular, influenciando todo o processo revolucionário, tendo sido assumidas nos vários terrenos da luta de classes pelos sectores de vanguarda do movimento operário e pelos militares progressistas.

O I Congresso do M. E. S. significou de facto a ruptura da organização com as perspectivas «sociais-democratas de esquerda» assinalando a transformação do agrupamento algo colectivo numa organização de vanguarda que tanto no plano político como ideológico como organizativo se dotou dos princípios fundamentais da organização dos comunistas: a afirmação do M. E. S. como movimento comunista, a adopção do marxismo como fundamento teórico e de uma estrutura orgânica centralizada e democrática.

A prática posterior da nossa organização robusteceu a afirmação comunista do I Congresso. Nas batalhas políticas fundamentais, desde a unicidade sindical, a fase da ofensiva popular vitoriosa, o M. E. S. foi um partido de vanguarda que em todos os terrenos de luta actuou com a unidade de acção necessária a pôr em prática os objectivos tácticos do seu programa.

Mas as contradições internas não estavam totalmente superadas, no seio da organização permanecia (e permaneceu) ainda militantes presos às concepções políticas e organizativas oportunistas. O combate a essas concepções no plano ideológico e nas questões de táctica não foi empreendido com vigor e o cuidado necessários. As deficiências organizativas em particular a inexperiência dos quadros da organização amorteceram esse combate. As falhas na democracia interna praticada pela organização e a sobrevivência parcial de princípios organizativos que afectam o necessário centralismo, permitiam que práticas incorrectas no debate interno subsistissem. Algumas poucas estruturas da organização eram mais círculos de animação política do que autênticas células partidárias, elos vivos que ligam a organização comunista às massas.

EM FRENTE COM O REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO COMUNISTA

No seio do M. E. S. puderam por isso permanecer concepções não comunistas que (minoritárias) se manifestavam em muitas ocasiões pela incompreensão da natureza que a organização assumia. Só os êxitos tácticos do M. E. S. nas questões fundamentais do processo revolucionário mantinham estas posições em aparente coesão com a orientação maioritária no movimento. Em cada curva da estrada mais confusa, elas vinham de novo ao de cima, não para propor alternativas tácticas porque disso eram incapazes, mas alimentando dúvidas metafísicas sobre a correcção da táctica do M. E. S. num debate intelectualista que tentavam alimentar, desligado dos problemas reais da luta operária e popular.

III

Vencidas as concepções não comunistas no I Congresso do M. E. S. os seus principais defensores tomaram caminho autónomo que hoje resulta claro: os ex-M.E. S./G. I. S. são a evolução óbvia das posições reformistas «social-democratas de esquerda» defendidas dentro do M. E. S.

Mas alguns dos seus argumentos teóricos e ideológicos foram retomados pelos que dentro da organização discordavam das concepções triunfantes. A base social diminuta «para o avanço na Revolução» e outras ideias erradas em matéria táctica e de alianças políticas deram corpo a posições que de facto já não tinham muito a ver com a opção consagrada no I Congresso.

O II CONGRESSO

.. O debate sobre as divergências que perduraram no seio da nossa organização está decididamente encetado e deverá culminar no II Congresso da organização.

Nas novas condições de luta geradas pela derrota da classe operária com o golpe reaccionário de 25 de Novembro, as posições divergentes que se têm debatido no movimento têm de ser examinadas à luz da prática posterior do I Congresso e das aquisições teóricas organizativas do nosso Movimento neste período.

.. As concepções comunistas, a estratégia e tática que afirmavam a organização como corrente do movimento operário são hoje muito mais do que influência ideológica. O M. E. S. deu passos decisivos no sentido de se estruturar como força de classe. **A sua base social ganhou uma dimensão nova no proletariado e muitos dos sectores pequeno-burgueses intelectuais hesitantes abandonaram entretanto o Movimento**

O M. E. S. é uma força política que no movimento operário começa a estruturar-se **ligando-se organicamente à classe revolucionária**. O 25 de Novembro confirmou esta tendência e hoje o M.E.S. surge a muitos e muitos trabalhadores de vanguarda como a alternativa revolucionária no combate de resistência que travamos.

.. Nesta fase a construção do partido revolucionário da classe operária coloca-se como tarefa central para assegurar a autonomia e a direcção dos interesses de classe do proletariado na luta de resistência.

.. Os comunistas do M. E. S. têm um papel de que não abdicarão, contribuindo de forma decisiva para a criação desse partido, pois são uma força de vanguarda com provas dadas no combate político de coerência e fidelidade aos ideais comunistas de concepção e capacidade tática em todos os terrenos da luta de classes.

.. O debate interno da organização deverá confirmar o caminho encetado no I Congresso e refutar todas as teses e posições incorrectas. **Os militantes do M. E. S. sabem que a luta de classes se reflecte dentro dos organismos partidários.**

.. As divergências existentes têm de ser encaradas a esta luz. As posições que contestam a transformação do M. E. S. em força de classe, reflectem aspirações e interesses de classe diferentes do proletariado. São posições pequeno-burguesas e não admira por isso que se expressem de maneira derrotista. A nova fase da luta é uma fase de combate duro. Ao contrário do período anterior, em que fazer política era fácil, hoje a perspectiva do trabalho revolucionário implica mais claramente do que nunca sacrifícios e abnegação.

.. A preparação e a realização do II Congresso do M. E. S. é, pois, **uma verdadeira chamada às responsabilidades para todos os membros da organização**. Temos de conduzir um combate interno de que saiam perspectivas correctas para a luta do nosso povo contra o fascismo e o capitalismo.

.. Temos de conduzir esse debate, não voltados para dentro da nossa organização, mas atentos e empenhados na luta política e social das massas exploradas. Temos de conduzir esse debate no sentido da **clarificação política e ideológica das posições da organização**, combatendo firmemente mas sem sectarismos, as posições incorrectas que se exprimem dentro e fora da nossa organização.

.. Temos de tornar esse debate e a síntese que dele fará o II Congresso do M. E. S., uma arma da nossa luta quotidiana saindo deles robustecidos, unidos e coesos para defrontar as tarefas da resistência popular contra o fascismo e o capitalismo.

.. Em frente na preparação do II Congresso do M. E. S.!

Viva a classe operária!
Resistir, unir, lutar e vencer!



no I Congresso foram vencidas as concepções não-comunistas

COMUNICADO À IMPRENSA

A consolidação do M.E.S. como organização comunista reforçará a linha revolucionária de classe e o movimento popular.

Quando, em princípios de Maio de 1974 o Movimento de Esquerda Socialista se formalizou legalmente, e assim se ultrapassava a difícil fase de ilegalidade anterior, abria-se uma nova etapa na vida da nossa organização. Empenhado profundamente na luta pela Revolução socialista em Portugal, o M.E.S. via agravarem-se contradições já latentes no seu seio durante o fascismo, como era inevitável e até mesmo salutar, pela clarificação ideológica, estratégica, tática e organizativa que assim se começava a esboçar.

Essas contradições que o tipo de estrutura organizativa do M.E.S. até ao 25 de Abril de 74 permitia e incentivava (o M.E.S. organizava-se em sectores de intervenção e luta, com autonomia total, dispondo apenas de uma coordenação mínima), agudizaram-se em confronto com as necessidades do processo revolucionário, tendo pela primeira vez expressão pública no I Congresso do M.E.S. em Dezembro de 74.

Nesse momento, a derrota de concepções não-comunistas, oportunistas no plano tático e organizativo, na prática defensoras de uma alternativa de esquerda à social-democracia mas de direita ao reformismo do P.C.P., obrigou ao abandono do M.E.S. de algumas figuras políticas, hoje curiosamente conhecidos como os «ex M.E.S.». Essas personalidades, posteriormente, ao longo do processo revolucionário e sobretudo nos momentos em que mais evidentemente se colocou a questão da natureza de classe do poder político, nos momentos de maior avanço da luta e da organização das massas populares, mostraram claramente nada terem que ver com a Revolução socialista. Defendendo uma tese abertamente social-democrata «de esquerda», caldeirada de «democracia de base» com parlamentarismo burguês, salpicada com «M.F.A.-vanguarda nacional», os ex M.E.S. têm alguma responsabilidade na difícil situação que os trabalhadores portugueses hoje vivem, pelo apoio implícito e explícito que como grupo de pressão forneceram às manobras que visavam a liquidação dos sectores progressistas e revolucionários do M.F.A., que culminaram no 25 de Novembro.

No entanto, o I Congresso do M.E.S., apesar de representar um importante marco na história da nossa organização, não permitiu mais que uma clarificação parcial da linha do Movimento. A derrota de alguns dos defensores de concepções oportunistas não significou a eliminação de todas as perspectivas pequeno-burguesas do seio do M.E.S. Com efeito, porque o combate político aos «socialis-democratas de esquerda» nem sempre foi correctamente dirigido, posições basistas e espontaneístas perduram dentro da organização apesar de se manterem em clara minoria nas Assembleias de Militantes e Conselhos Políticos.

Assim, e a coberto da luta contra a falta de democraticidade interna, elementos fraccionistas, alguns deles com ligações provadas a alguns dos anteriores dissidentes, têm desenvolvido desde há alguns meses uma ampla

manobra que visa a desagregação do M.E.S. O avanço da ofensiva popular e o empenhamento revolucionários do M.E.S. nesse avanço não permitia que tal manobra encontrasse terreno para conseguir quaisquer frutos significativos. No entanto, a vitória do golpe reaccionário em 25 de Novembro deu novo alento aos elementos fraccionistas que, agindo em algumas estruturas da organização de forma coordenada conseguiram arrastar para abandonos do Movimento alguns militantes honestos mas hesitantes dos sectores de Professores e Bancários de Lisboa do M.E.S., havendo neste momento tentativas de fracção na organização regional do Porto.

Esta investida fraccionista surge exactamente no momento em que o Movimento de Esquerda Socialista se encontra empenhado na realização do seu segundo Congresso Nacional. No momento em que estão criadas todas as condições internas para um amplo debate político entre comunistas que permita um novo e importante salto qualitativo da organização. Deste modo, no momento em que a crítica e a autocritica no seio do M.E.S. se desenvolvem com o justo objectivo de fortalecer a nossa organização para fortalecer a resistência popular à ameaça fascista e a luta pelo socialismo, os fraccionistas utilizando argumentos falsos como o da «ausência de democraticidade interna» tentam em vão desagregar o M.E.S. É importante salientar que a destruição do M.E.S. é uma etapa necessária para organizarem um grupo de pressão pseudo socialista assente em algumas figuras civis e militares que necessitam urgentemente de uma base organizada para subsistirem na luta política em Portugal.

Mas, a aposta na destruição ou na grupusculturação do M.E.S. é uma aposta falhada. A esmagadora maioria dos núcleos e organizações regionais, estruturas e células do M.E.S. está firmemente decidida a defender a organização contra todos os ataques dos seus inimigos externos e internos. Os militantes comunistas do M.E.S. sabem que a luta de classes também passa pelo interior da organização e reconhecem a necessidade de isolamento e afastamento de todos os oportunistas que vêm na luta política uma perspectiva de promoção. Os comunistas do M.E.S. sabem a diferença entre a crítica a erros da actual direcção política e a manobra de fracção em curso.

Assim, e apesar destas manobras, os comunistas do M.E.S. preparam intensamente o II Congresso Nacional que em Fevereiro fará o M.E.S. avançar poderosamente como organização comunista, clarificando decisivamente a estratégia e a tática, a concepção organizativa e a posição ideológica do Movimento.

A classe operária e o povo trabalhador, os soldados e marinheiros, todos os revolucionários podem contar com o M.E.S. como organização comunista. O M.E.S. cada vez se fortalecerá mais e contribuirá para que as massas populares se organizem, para que a vanguarda revolucionária se organize e unifique, para que da resistência às investidas reaccionárias em curso se passe ao lançamento da ofensiva popular, à vitória do poder popular e do Socialismo, rumo ao Comunismo.

Lisboa, 28 de Dezembro de 1975
Comissão Política Nacional do M.E.S.

Carta de prisão do Camarada

REFORÇAR A UNIDADE NAS

DA

Camaradas:

Este título, aparentemente pretensioso pelo seu ar talvez um pouco formal, significa apenas a preocupação central que me leva a escrever estas linhas. Concerteza que vos não vou dizer nada em que não tenham pensado já mais, de qualquer modo, é um contributo que devem entender com a intervenção minha. Terão que levar em conta, evidentemente, as limitações que decorrem da falta de informação, (só hoje consegui ler um jornal do próprio dia... e às escondidas) embora o afastamento forçado liberte um pouco da pressão objectiva que o suceder rápido de acontecimentos exerce sobre quem está a vivê-los por dentro.

Creio que o desfecho do 25 de Novembro se pode definir genericamente como o início de uma fase de refluxo das condições de desenvolvimento do movimento popular de massas e da organização popular, de reorganização da burguesia, particularmente do seu instrumento fundamental, o aparelho repressivo, ou seja, o início da fase da contra-revolução. Em tais circunstâncias, impõe-se-nos, como a qualquer organização revolucionária, uma análise fria e lúcida do que foi o 25 de Novembro, a autocrítica da nossa prática até hoje e um debruçar muito atento e objectivo sobre as questões da tática e da organização.

Esta derrota da esquerda, particularmente da esquerda revolucionária, abriu caminho fácil para que toda a casta de «intelectuais», confundindo o acessório com o principal, desfilaram ataques violentos àquilo que consideram «esquerdismo» e «aventureirismo», responsabilizando estas «correntes» pela derrota sofrida. É preciso saber demonstrar a esses camaradas no caso de o serem, que o cú, as cuecas, as ceoulas e as calças são coisas distintas umas das outras, embora se sobreponham num determinado espaço. É preciso saber demonstrar que no 25 de Novembro se justapõem muitos aspectos diferentes que têm de ser analisados um

a um e nunca tomados como um só.

A abrir essa demonstração, um exemplo histórico que me parece extremamente adequado, embora ressaltando as devidas distâncias. Trata-se de Lenine e o período de Abril a Outubro de 1917 na Rússia. O camarada Lenine, correndo o risco de lhe chamarem «maluco», o que chegou a acontecer, disse que a revolução proletária estava na ordem do dia e que o partido bolchevique devia retirar daí as devidas consequências. Logo se levantaram as vozes dos mencheviques e socialistas revolucionários, o que não era de estranhar, mas também as de sectores bolcheviques de reconhecida importância. Os argumentos eram vários: a revolução democrática não está esgotada; não há forças sociais para suportar esse avanço; estamos em minoria nos soviets; alguns dos sindicatos mais importantes não aceitam essa palavra de ordem; os soldados e marinheiros são mobilizáveis por estarem fartos da guerra e não propriamente por estarem preparados para a tomada do poder pela classe operária; etc., etc., etc. Mesmo nas próprias fileiras bolcheviques havia quem defendesse um projecto de articulação da democracia burguesa representativa com a democracia soviética. Lenine, com a força que lhe advinha da análise correcta da realidade, foi batalhando até que conquistou para as suas posições a maioria do partido. E a tomada do poder pela classe operária foi uma realidade.

Não fossem a excepcional capacidade de Lenine, a sua vontade de ferro e a sua persistência, e o que nos diria a história daquele período? Dir-nos-ia que à serenidade revolucionária e o realismo político tinham vencido o aventureirismo e o obliquismo leninistas, ser-nos-la apresentaram cortejo de números e estatísticas demonstrativas da enorme capacidade do aparelho repressivo da burguesia e das possibilidades de reagrupamento da velha aristocracia feudal, que esmagariam o movimento operário, caso este se precipi-

tasse, etc. etc...

Quem conseguiria, então, demonstrar o carácter falacioso e oportunista destes argumentos? Ninguém o conseguiria verdadeiramente por falta de dados experimentais. Felizmente que o triunfo pertenceu às ideias revolucionárias, sobre o falso realismo político. Daqui se retira uma grande lição amassada na experiência concreta. É que o realismo político, o real, com toda a sua complexidade, só se assume e compreende, respectivamente, quando as intenções de transformação se materializam, no imediato, em prática transformadora. Tomar uma posição expectante, recuar perante as dificuldades tomeando-as por obstáculos intransponíveis, é pactuar com as situações que se diz pretender transformar, não mexendo, no entanto, um só dedo nesse sentido. E, para estas posições, há sempre um refúgio nas grandes elocubrações teóricas e ideológicas que, na sua embalagem bem pensante, chegam a ser aliciantes e até, vzes, aparentemente coerentes. Esquecem esses pensadores e quem lhes dá ouvidos que não há questões puramente teóricas nem puramente ideológicas. Este é o ensinamento elementar do marxismo, todavia frequentemente esquecido.

Voltemos então ao 25 de Novembro.

Tanto quanto me parece, existe uma intenção deliberada dos vários quadrantes políticos, da direita mais reacção até ao MRPP, passando pelo PCP e pela UDP, de nos atribuir a responsabilidade política daquilo a que chamam golpe. A nós e ao PRP mas, falemos apenas de nós... que não temos «telhados de vidro». Só o ódio reacçãoário da burguesia, estranhamente (ou talvez não) acompanhado pelo oportunismo traícoeiro dos reformistas e neo-reformistas, podem determinar tal atitude. As nossas palavras de ordem de «levar a ofensiva popular à vitória» e «lutar por um Governo de Unidade Revolucionária», para além de corresponderem às necessidades de avanço

do processo revolucionário, visavam também edificar uma alternativa ao projecto e métodos golpistas do PCP, na qual as massas populares assumiriam um papel determinante e se abririam definitivamente as condições para a unificação da vanguarda de classe e para a união em volta da classe operária dos seus aliados históricos, em direcção ao triunfo da Revolução Socialista. Em circunstância alguma poderíamos se nós a propor e organizar «golpes» ou «aventuras», portanto, a propor e organizar movimentações cujas consequências não tivéssemos capacidade para suportar. A prová-lo está, até, a luta persistente que vínhamos

1.º) A ofensiva desesperada da burguesia, fundamentalmente a partir de alguns centros de poder, com vista a neutralizar posições populares, nomeadamente no campo militar, em que pretendia simultaneamente liquidar as forças que não controlava e reconstruir o seu aparelho repressivo, condição indispensável para reprimir o ascenso do movimento popular de massas. Veja-se a nomeação de Vasco Lourenço para o comando da Região Militar de Lisboa e a tentativa de dissolução dos páras «desobedientes», a montagem de um posto de comando clandestino no Regimento de Comandos da Amadora e, finalmente as barricadas fascistas a partir de Rio

um dos últimos grandes instrumentos que tinham ao seu dispor. Com real qualidade operacional restavam-lhe o Regimento de Comandos e a Força Aérea, mesmo assim já muito prejudicada pela posição dos páras.

A direcção do PCP, entretanto, continuava a apostar fundamentalmente na conciliação — três tendências milit. —, com vista a obter por essa via um compromisso altamente favorável para si com o PS e arrastar para esse terreno a esquerda revolucionária ou isolá-la, fracturando a FUR. Aqui e acolá a tática conciliatória do PC era dourada com alguns apontamentos de «esquerdismo» e afirmação de força, numa intenção deliberada de integrar a combatividade das bases, impressionar os militares e não dar tréguas à esquerda revolucionária. Mas o compromisso nunca mais saía. E porque? Porque a esquerda revolucionária militar não o permitia.

O desenrolar rápido de acontecimentos numa dinâmica nem sempre controlável a todo o momento, precipitou uma situação em que o PC se viu apertado à sua esquerda por uma esquerda revolucionária muito bem colocada para a ofensiva, desde que não isolada, e à sua direita por sociais democratas e fascistas, que, a ficarem sem resposta, recuperariam a maior parte de todo o terreno perdido até aí. Aqui, o PC não hesitou. Como

força reformista que é selou um compromisso com a burguesia à custa do peçoço da esquerda revolucionária militar. Assim, directa ou indirectamente, atirou os páras para a frente, para a fogueira, para logo lhes puxar o tapete de baixo dos pés e também à esquerda revolucionária do exército que se viu forçada a jogar na solidariedade com os páras e a sua própria sobrevivência. Lembremo-nos de que Vasco Lourenço estava às portas do Quartel General e que numa situação de refluxo gerada pela derrota dos páras, ele venceria a batalha do governo militar de Lisboa.

a luta continua!



travando ultimamente a certos níveis, contra posições semelhantes.

Então, o que foi realmente o 25 de Novembro?

Em primeiro lugar, parece que não pode ser classificado como um golpe, pelo menos nos termos em que o têm querido apresentar. Um golpe faz-se com um plano de operações, com um projecto político bem determinado e com uma direcção coesa e minimamente amadurecida. Os acontecimentos demonstram claramente que nada disto existia em suficiente estado de maturação. Os aspectos fundamentais que, segundo me parece, desencadearam a situação que se viveu foram, por ordem de importância, os seguintes:

Maiores quase até Lisboa. Era a montagem de uma enorme provocação.

2.º) A resposta reformista à ofensiva provocatória da burguesia reacçãoária. Aqui entram alguns aspectos delicados que convém observar atentamente a fim de compreendermos correctamente o papel dos reformistas nesta fase.

Depois da última instrumentalização maquinal dos pára-queidistas pela burguesia e seus lacaios ficaram criadas as condições para uma penetração alargada da esquerda nas tropas pára-queidistas. Essas condições foram aproveitadas, embora sob o controlo político dos sargentos (maioria PC), e a burguesia e o VI Governo perderam

João Anjos

FILEIRAS ORGANIZAÇÃO

Golpe, houve apenas um, de direita, que teve uma primeira fase institucional e uma segunda militar. A primeira fase foi dirigida pelos sociais-democratas e a segunda pelos fascistas. Da relação actual entre o político e o militar deve ser fácil extrair o peso específico das forças fascistas e fascizantes na actual situação.

Traição, houve também uma, a dos reformistas que com uma mão empurraram os páras e com a outra estavam já a coçar as costas ao Costa Gomes.

Abstencionismo, também não faltou. Trotskistas e UDP, estranhamente lado a lado, continuaram refugiados no seu defensismo «de massas».

3.º) A falta de força fundamentalmente a debilidade organizativa e de direcção política e militar da esquerda revolucionária um pouco desprevenida face a acontecimentos que se precipitaram contra a sua vontade e os seus interesses.

Aos «críticos» das posições que tomámos podemos formular algumas perguntas.

Que deveríamos então fazer?

Devemos exigir a todos, inclusivamente a nós próprios, a fundamentação rigorosa de todos os pontos de vista emitidos a fim de que a maliciosa «lei das bocas», conhecido preservativo de algumas práticas enteristas, possa ser claramente distinguida de posições honestas e esforçadas, mesmo que porventura incorrectas.

Várias posições cómodas tínhamos nossa disposição e que nos teriam livrado de acusações de «golpismo» e «aventureirismo» e nos permitiriam lavar as mãos da «sujidade» de uma derrota. Senão vejamos.

Poderíamos ter-nos mantido distanciados dos acontecimentos, fazendo sair alguns comunicados subordinados ao tema «unidade de todo o povo», com denúncias várias e alguns elogios a este ou àquele herói. Chamariamos a isto trabalho de esclarecimento da classe operária

e do povo trabalhador e diríamos que não estavam reunidas as condições para, de momento, resolver a situação a seu favor. Depois, quanto mais não fosse para nos justificarmos perante nós próprios, talvez tivéssemos que envolver pela concepção da reconstrução do partido comunista proveta, à margem da prática social, e, então, teríamos uma poderosíssima razão para pedirmos à realidade e à sua constante movimentação que esperassem por nós. Seguidamente adoptaríamos as palavras de ordem do «antifascismo consequente» e, certamente, acabaríamos a defender um projecto de socialismo que é diferente do nosso como o dia da noite.

Teríamos também ao nosso dispor o apelo aos «partidos operários» para que se entendessem em nome da classe operária e da sua unidade. Eles entender-se-iam, a golpeada reacção em que um até estava metido até ao pescoço esfumar-se-ia miraculosamente e, então, nós, com um glorioso e justíssimo comando de acção de massas subtraíramos à social-democracia e ao reformismo as suas bases, já completamente esclarecidas por nós com base na frustração adquirida na vigência de um poder preenchido pelas «forças operárias» do compromisso e da conciliação. Neste caso, teríamos que nos autocastigar e envolver pela tradicional impotência trotskista.

Poderíamos ainda quedar-nos na teorização da burocracia de estado, da transição originalíssima para o Socialismo ou até na «justa» articulação de bases com a democracia representativa, temperadas com um MFA — vanguarda nacional, para o qual, à altura, seria lícito até prever o Jaime Neves como secretário geral.

Enfim, desperdiçamos uma oportunidade de tomarmos uma série de posições da janela da nossa sede que nos permitiriam ter ido ao funeral da esquerda revolucionária militar com a cabeça bem erguida, com a consciência do dever cumprido e com

a certeza que a classe operária estava connosco pelo brilhante trabalho de «esclarecimento» que lhe tínhamos prestado.

Sagrada «cuspidela» na cara-levaríamos na primeira esquina em que nos cruzássemos com um operário minimamente consciente.

É que a memória da classe operária, ainda que só exista verdadeiramente com a existência da sua vanguarda organizada, em termos históricos, transcendem largamente a compreensão circunstancial dos factos. Este é um dos factores que torna a história do movimento operário uma fonte inesgotável de ensinamentos que a prática não precisa demonstrar segunda vez.

Assim, numa situação concreta como a do nosso país em que a conciliação e o defensismo têm um carácter liquidacionista, pois, cada um à sua maneira abrem as portas ao fascismo, em que a social-democracia e o reformismo são cavalos cansados, que hipótese restava aos revolucionários senão estar no terreno da luta, mesmo com a convicção de que as probabilidades de vitória eram muito inferiores às de derrota, ainda que parcial?

Nenhuma. Tomámos a atitude justa e não devemos deixar de o afirmar sempre que necessário.

Uma derrota nestas condições só o é aparentemente. Se soubermos dar uma continuidade correcta ao nosso trabalho político, esta derrota aparente terá sido um precioso investimento que, a médio prazo, dará dividendos em termos de elevação da consciência e da capacidade organizativa da classe operária e das massas trabalhadoras em geral.

A experiência concreta e directa da traição reformista terá sido uma das maiores aquisições do processo que vivemos.

São 3 horas da manhã. O oficial de dia veio agora aqui comunicar-me que logo pela manhã... LIBERDADE!

O resto vai por via oral.

Cascais 12 de Dezembro de 1975

João Mário Anjos

PORTALEGRE: a repressão "visita" a nossa sede

Por determinação do Exm.º brigadeiro Comandante da Região Militar do Sul, o comandante do Destacamento Militar de Portalegre ordena que, com observância das formalidades legais seja passada busca à sede do partido «MES», neste cidade de Portalegre.

Portalegre, 11 de Dezembro de 1975
O Comandante do Des. Mil. de Portalegre
JOSÉ SIMÕES DE FARIA

1 — E foi assim que a sede do MES teve a «honra» de ser visitada por uma equipasempolicial, semimilitar.

Tratava-se de fazer uma busca — mais precisamente, tratava-se de ir buscar armas(?).

Estranhámos imenso.

Estranhámos imenso ser os primeiros, principalmente da inércia (ou ineficácia) das mesmas forças aquando do rebentamento de um petardo no carro de um militante de esquerda e das inúmeras inscrições do ELP na nossa cidade, etc., etc.

Estranhámos imenso... Ou talvez não.

Montado o respectivo (e fundamental) dispositivo de segurança no exterior do edifício e ruas de acesso, a busca iniciou-se.

Meticulosa. A pente fino. Depois de hora e meia

de afadigada procura, a referida equipa retirou-se.

Mas, pelos vistos, as autoridades não ficaram convencidas — por força queriam que a gente tivesse G3s...

Por inspiração, sabe-se lá de quem, a dita equipa vai buscar ao café um militante do nosso movimento (até já se dizia que ia preso...) para continuar a pesquisa.

Das tábuas do soalho, até às telhas do telhado, passando pela parede, tudo foi espolhado, desmontado, revirado, apalrado, da mais pequena caixa até ao maior armário.

TUDO.

Finalmente, três horas depois, a busca termina.

Infrutífera.

2 — É claro para todos nós que esta medida agora tomada contra o Movimento de Esquerda Socialista

não está isolada do que se passa no resto do País — todas estas manobras visam lançar o terror e a incerteza nas massas populares, desmoralizar, intimidar e reprimir as organizações consequentemente revolucionárias, em suma, abrir caminho para o esmagamento das conquistas dos trabalhadores e para a instauração do fascismo em Portugal.

3 — É evidente que depois do golpe de direita de 25 de Novembro as forças reacçãoárias ganharam novo alento e procuram recuperar as posições que as lutas vitoriosas dos trabalhadores tinham conseguido alcançar.

O que a burguesia esquerece é que os trabalhadores portugueses não estão dispostos a permitir que Portugal seja o Chile da Europa.

Socialismo ou morte. VENCEREMOS!

OVAR

Os trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Electricidade Águas e Saneamento de Ovar começaram a fazer piquetes para impedir a entrada do fascista João Dias, agora nomeado chefe dos Serviços pela actual administração, e exigir a permanência no cargo do antigo director.

O M. E. S. (Movimento de Esquerda Socialista) apoia esta justa luta dos trabalhadores do S. M. E. A. S. que, firmemente, se dispõem a reduzir a cinzas a tentativa provocadora de substituir um funcionário progressista e atento aos problemas dos trabalhadores por um funcionário fascista e cujo comportamento nos serviços é por demais conhecido.

A atitude dos trabalhadores é exemplar, pois aponta claramente o caminho que todos os trabalhadores devem seguir no combate à ofensiva da direita que, após o 25 de Novembro, se accentua: não ceder nem um milímetro, resistir, reforçar a unidade e organização e avançar.

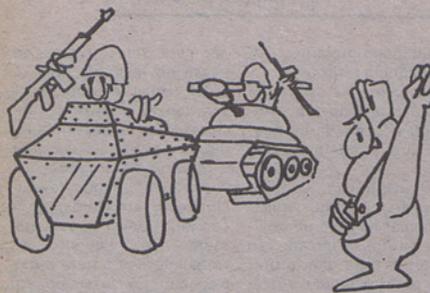
Não tenhamos ilusões: a nomeação do fascista João Dias para a direcção do S. M. E. A. S. faz parte da ofensiva já há tempos desencadeada em Ovar pelos partidos burgueses para ocupar todas as posições na administração do concelho (comissão administrativa da Câmara, por exemplo) e foi feita agora porque as forças reacçãoárias sentem que têm, após o 25 de Novembro, as costas mais quentes. Mas os trabalhadores do S. M. E. A. S. estão a saber usar o devido «pau de marmeleiro» para tratar as costas dos reacçãoários e para dizer bem alto que os trabalhadores conscientes, unidos e organizados são como um molho de vimes: não há burguesia que os verquele!

a luta do S.M.E.A.S.

25 Abril-25 Novembro

19 MESES DE LUTA

1 DO 25 DE ABRIL AO 28 DE SETEMBRO



Nas primeiras semanas após o 25 de Abril, uma intensa movimentação popular de massas criou condições para importantes conquistas. A libertação dos presos políticos, a extinção da censura oficial, a prisão dos «pides», a ocupação dos sindicatos, o reconhecimento da legalidade de acção e organização partidárias e um começo de saneamento civil e militar, ficam como frutos dos mais significativos da luta das massas populares e da unidade dos trabalhadores em luta com as Forças Armadas, nas ruas ao seu lado.

Simultaneamente no próprio teatro das operações militares nas colónias, oficiais, soldados e marinheiros portugueses impunham na prática medidas de solidariedade para com os Movimentos de Libertação.

Foram estas movimentações que determinaram fundamentalmente o curso dos acontecimentos nessas primeiras semanas. O M. F. A., no seguimento desta movimentação de massas, assume atitudes progressistas, principalmente no que se refere à descolonização, o que impede a fácil concretização dos objectivos neocolonialistas da burguesia, desorganizada e em recuo, momentaneamente incapaz de conter a luta das classes trabalhadoras.

Assim se chegou ao primeiro Governo Provisório, no qual se concretizou uma plataforma política de compromisso entre as forças com mais audiência e tradição junto dos trabalhadores.

No segundo Governo Provisório, o M. F. A. deixa de ser um contrapoder à dominação e exploração capitalistas e, assumindo compromissos de governo ao lado dos partidos que pretendem representar o capital e as forças populares, perde a sua autonomia e capacidade de se colocar ao lado dos trabalhadores. Aliás, a burguesia aceita e incentiva a presença do M. F. A. no segundo Governo Provisório, na mira de impedir o seu apoio às lutas dos trabalhadores e de mais facilmente o instrumentalizar à lógica da dominação burguesa e da construção do novo Portugal capitalista.

Desacreditar o M. F. A. face aos trabalhadores era a tarefa fundamental a executar por uma burguesia que já o havia tentado dissolver e que se ia reorganizando. A confrontação do M. F. A., no governo, com uma realidade económica e social em deterioração, servia tal objectivo.

Agrava-se deste modo a ofensiva antioperária com os apelos à ordem e tranquilidade, à calma e ponderação, com a propaganda de uma unidade nacional sem princípios, com as acusações aos grevistas e as calúnias a lutas de trabalhadores, tudo isto por intermédio do Governo Provisório e dos Partidos nele representados.

O caminho continuava aberto à reacção capitalista e, assim, foi-se assistindo progressivamente a um conjunto de actos de benevolência e cumplicidade perante os fascistas e os colonialistas, e perante as mais descaradas violências do patronato, que culminaram na tentativa autoritária de direita do 28 de Setembro, personificada no general Spínola e correspondendo ao projecto político do capital financeiro que, entretanto, não só tinha mantido como reforçado, em certos aspectos, a sua dominação económica.

Porém, a derrota provisória no 28 de Setembro do

19 MESES DE LUTA

Colectânea de documentos produzidos pelo movimento

projecto autoritário, graças à iniciativa popular apoiada pelo M. F. A., permite a este ganhar uma enorme audiência nacional que avalizou a sua institucionalização como centro de poder.

Se os cinco meses de luta que se encerram no 28 de Setembro permitiram ao M. F. A. reforçar a sua posição, também mostraram inequivocamente que as liberdades e a democracia se garantem, apenas com medidas claramente anticapitalistas, que só se impede a burguesia de procurar restabelecer a sua ditadura autoritária, impedindo-a de se organizar, atacando em todas as frentes o seu poder. Neste período, as lutas de vanguarda da classe operária que foram deturpadas e reprimidas mostraram claramente que o M. F. A. será instrumentalizado para defender os interesses de classe da burguesia, se não for fortalecida a sua aliança com os trabalhadores, com o inequívoco apoio do M. F. A. às suas justas lutas.



2 DO 28 DE SETEMBRO AO 11 DE MARÇO

As relações de força a partir desse momento evoluem decisivamente em favor das classes exploradas e oprimidas, e dos militares progressistas. O afastamento dos órgãos fundamentais do poder, de militares que mais directamente representavam e defendiam os interesses do capital e do imperialismo, foi uma vitória, no 28 de Setembro, da luta organizada dos trabalhadores portugueses, dos povos das colónias e dos militares progressistas.

Mas essa vitória parcial não foi acompanhada de uma clara definição de quais os interesses a defender pela revolução iniciada no 25 de Abril. O Governo Provisório vigente até ao 11 de Março, apesar destas condições, continuou a não ter uma acção executiva aberta e revolucionária em defesa dos interesses dos trabalhadores, mas, pelo contrário, impediu, boicotou, entrouva todas as medidas que poderiam marcar decisivamente o caminho da revolução, sobretudo no que respeita ao ataque ao poder económico capitalista e imperialista.

Assim, ao não se assumir o Programa do M. F. A. como algo que correspondia a uma relação de forças de classe, cada vez mais favorável aos trabalhadores, ao não se seguir o caminho da tomada decidida de medidas no terreno político e económico, deixou-se em aberto à reacção capitalista a possibilidade de vir, a curto prazo, a recuperar o terreno perdido.

A reacção capitalista preparou, assim, os apoios de ordem política e militar necessários ao golpe militar contra-revolucionário de 11 de Março. Desse apoios, não nos restam dúvidas, só uma parte foi denunciada e desmantelada. A precipitação do golpe deve-se à a forças reacçãoárias que terão ultrapassado outras forças que estariam empenhadas a fundo na sua preparação e que se mantêm impunes a coberto de belas frases «democráticas».

A derrota do golpe contra-revolucionário ficou a dever-se à acção enérgica dos sectores progressistas do

M. F. A. e à iniciativa popular. Se não fosse esta iniciativa, apoiada pelos partidos e movimentos revolucionários, estariam então criadas as condições para a instauração de um regime autoritário de fachada democrática.

A «institucionalização do M. F. A.», resultante política fundamental do 11 de Março, significa a tomada em mãos do poder político pelos sectores progressistas ou M. F. A., que passaram a dispor da hegemonia nos centros essenciais do poder político.

Mas o que se ganha num dia pode perder-se no dia seguinte, se não se segue uma política coerente, se não se é capaz de distinguir os amigos dos inimigos, e, destes, os principais dos secundários. O M. F. A. continuou a ser um movimento heterogéneo e contraditório, onde persistem homens capazes de, num momento determinado, hesitar ou trair.

Assim é que já as eleições para a Constituinte irão ser um factor de neutralização de avanços políticos propiciados pelo 11 de Março.

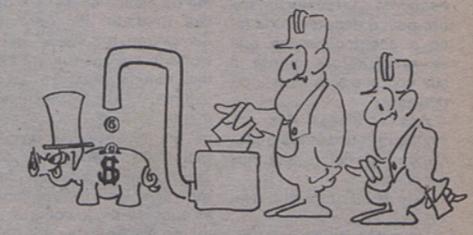
3 AS ELEIÇÕES

Mais de quarenta anos de regime fascista, uma forte influência clerical ultra-reacçãoária em muitas zonas do país, a despolitização de grande parte da população, o anticomunismo que muitos anos de propaganda fizeram impregnar em muitos portugueses, o caciquismo reinante em grande parte do território, e ainda mais — os factores que fazem das eleições em sistema capitalista uma farsa de democracia:

— o facto de a ideologia dominante ser da classe dominante;

— o poder dos partidos burgueses com os seus largos recursos financeiros;

— a impossibilidade de um voto conscientemente assumido devido à parcelização, divisão e ausência de discussão política por parte da esmagadora maioria dos eleitores.



Todos estes factores tornam as eleições para a Constituinte, num momento de recuperação burguesa e, por parte do imperialismo internacional, do processo revolucionário em curso.

4 O PACTO

O MFA propõe aos partidos um pacto que, quanto ao Movimento de Esquerda Socialista, não representa o avanço que se impunha depois da derrota da conspiração reacçãoária de 11 de Março. Este pacto é fundamentalmente defensivo e o MFA vê-se obrigado a utilizá-lo como forma de minimizar os custos políticos que os trabalhadores e as forças progressistas pagariam com a realização de eleições para a Constituinte.

5 O ATAQUE DA DIREITA E A OFENSIVA POPULAR

A ofensiva social-democrata, desencadeada em resposta à crescente organização e firmeza do movimento popular de massas e às decisões do MFA que lhe abriam caminho, nomeadamente o documento-guia de aliança Povo-MFA, precipitou o processo revolucionário para uma fase nova, quer pelos objectivos tácticos que se colocavam à classe operária e seus aliados, quer pelos instrumentos que podiam servir esses objectivos, quer

A ofensiva social-democrata pode desenvolver-se a partir do triunfo que constituiriam as eleições burguesas



para a Constituinte, captando em seu tavor a política de desarme das massas lideradas sob o fascismo pelos reformistas do PCP expressa na tradicional reivindicação das liberdades fundamentais, das eleições livres, da democracia burguesa formal. A ofensiva social-democrata, contando ao nível civil e militar, como pontas de lança, respectivamente o PS e o «grupo dos 9», aprofundando as contradições de um terreno que lhe era favorável, o terreno do «parlamentarismo» no seio de umas forças armadas burguesas, veio a alcançar uma vitória momentânea e parcial. Contando com a crescente organização do ELP e do MDLP enquanto duplo aliado, ideológica e politicamente, permitindo que a eles fossem reduzidas as forças fascistas — «garantindo» a «idoneidade socialista» de todos os fascistas que abundam nas forças armadas e nos partidos de direita —, na prática pelo contributo que a sua acção deu à destabilização político-económica, as forças sociais-democratas e fascizantes puderam por intermédio do «documento dos 9», despoletar um processo que dividiu as forças armadas em 3 tendências, completamente demarcadas tacticamente (Doc. 9, Doc. Copcon, Doc. V Governo) e diluiu quase totalmente o MFA nas estruturas burguesas das FFAA.

A queda do V Governo e a tomada do Conselho da Revolução pelos oficiais sociais-democratas e direitistas e consequente formação do VI Governo de coligação (PPD, PS, PC) de submissão ao imperialismo e de salvação do capitalismo, marcaram o êxito da ofensiva social-democrata fascizante. Um elemento fundamental de todo este processo foi o reforço da militarização das esferas de decisão tanto mais significativo quanto a base de apoio dos oficiais sociais-democratas é constituída exclusivamente pelos fascistas e reacçãoários que compõem a maioria esmagadora dos oficiais do quadro permanente. Se ao nível político global se assistiu ao longo desta crise a um crescente cerco e identificação em objectivos imediatos, das forças fascistas às forças sociais-democratas, do ponto de vista militar existe já uma colagem total entre estas posições.

A natureza e os contornos da ofensiva contra-revolucionária resultaram muito claros. Ela visou no essencial desagregar o MFA numa primeira fase para depois o liquidar, remetendo as forças armadas ao papel repressivo de antes do 25 de Abril, destruindo, num segundo passo, os órgãos de expressão autêntica da vontade popular para abrir o campo à instauração da ditadura burguesa sob a forma democrática. Por último, voltar a colocar Portugal no «caminho da Europa», ou seja impedir a definição de um poder político-militar capaz de assumir uma política de verdadeira independência nacional face ao imperialismo e aos blocos.

A culminar toda uma série de acções feitas nas costas dos soldados viria a Assembleia das Armas e a Assembleia do MFA, numa monstruosa farsa (como o apelidou Vasco Gonçalves em plena Assembleia), em que Fabião e Morais e Silva se automandatararam com a representação exclusiva do Exército e da Força Aérea. O que permitiu a «maioria» desejar para reestruturar o Conselho da Revolução afastando Vasco Gonçalves e fortificando a posição dos oficiais sociais-democratas e de direita.

A partir daqui a tática do inimigo não levantou dúvidas. Procurar ressuscitar o Governo de coligação. Para isso contava com a cedência reformista em toda a linha. E de facto, o PCP ao abandonar os compromissos de 25 de Agosto e em posteriores declarações nunca os desiludiu.

Com o acesso ao poder político-militar das forças sociais-democratas e fascizantes, como momento transitório da crise política dos últimos meses entrou-se numa nova fase do processo revolucionário, fase que, confirmando todas as teses detidas pelo MES sobre a inviabilidade da democracia burguesa e de um regime social-democrata para o nosso país, colocam a alternati-

pelo quadro político-militar em que a luta política se passou a desenvolver. **va por nós defendida entre autoritarismo capitalista e socialismo em termos de PODER no curto prazo e já não em termos de processo social comportando uma fase intermédia de transição mais ou menos longa.** O que caracteriza esta fase do processo revolucionário é o esgotamento dessa fase transitória definida por nós como aquela em que seriam alcançados e desenvolvidos os objectivos da fusão do MFA com o Movimento Popular de Massas e a unificação da direcção política do processo como primeiro passo para a criação da vanguarda de classe necessária à revolução socialista (contendo o MFA hegemonizado pelo seu sector progressista e revolucionário) com a aplicação de um programa de unidade revolucionária adequado aos problemas fundamentais desta fase.

6 O 25 DE NOVEMBRO E A NOVA FASE DE LUTA



A burguesia e os seus partidos, desde os de direita aos social-democratas, detinham cada vez menos controlo sobre o aparelho militar em cujo seio se desenvolvia e ganhava corpo a organização política dos soldados marinhos e oficiais revolucionários. A política de direita do VI Governo Provisório tinha como resposta uma ampla e intensa mobilização de massas em que se manifestava a inconsequência da direcção reformista do PCP e das suas correntes de transmissão (Intersindical, Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, etc.) e no seio da qual ganham aceitação crescente as palavras de ordem que apontam no sentido de uma solução revolucionária com a constituição de um Governo de Unidade Revolucionária, ou seja, com a institucionalização de órgãos de poder de onde fosse arreada a conciliação de classes.

A crise de dominação da burguesia exigia uma solução política na qual era inevitável a presença e o papel das forças militares mais ou menos articuladas com as organizações de poder popular e com as organizações políticas. Começava por outro lado a tomar corpo entre os oficiais revolucionários a tendência para a resolução da crise pela via da ofensiva de massas, a que teria de corresponder uma profunda ligação com as massas e suas organizações próprias e uma direcção político-militar capaz de assumir até às últimas consequências a direcção do processo.

Do avanço da influência desta tendência se aperceberam quer as forças de direita quer as forças social-democratas e reformistas. Os sucessivos insucessos das tentativas de conciliação das tendências entre os oficiais e o cada vez maior desfazimento entre a força de mobilização popular e os seus objectivos limitados pela influência reformista tomaram inevitável uma solução de tipo militar que a acção dos pára-queidistas despoletou.

Todas as forças e direcções políticas tinham consciência plena de que seriam derrotadas aquelas forças que tomassem a iniciativa militar. As forças revolucionárias civis e militares arredando do horizonte a perspec-

tiva golpista trabalhavam afinadamente para a constituição de uma direcção que unificasse a vanguarda político-militar adequada à condução desta fase do processo revolucionário e que pudesse conduzir à constituição de um poder revolucionário capaz de solucionar os principais problemas das massas trabalhadoras no sentido do Socialismo e da independência nacional.

Para se entenderem os acontecimentos do 25 de Novembro é necessário considerar o papel das forças da direita social-democrata e fascizantes. Tal como antes do 28 de Setembro e do 11 de Março essas forças vinham articulando um plano político-militar, com forte apoio e participação do imperialismo internacional. Esse plano encontrou terreno favorável para o seu desenvolvimento e êxito temporário, quer nas contradições no seio do MFA e principalmente pela polarização em torno do «documento dos nove» de todos os sectores hesitantes, reacçãoários e fascistas das Forças Armadas, quer no descontentamento ao nível de massa de sectores sociais cujos interesses materiais ou tinham sido fortemente atingidos pela política de nacionalizações e Reforma Agrária pós 11 de Março ou não tinham sido satisfeitos pela incapacidade de sucessivos governos provisórios de conciliação de classes.

Os verdadeiros e principais responsáveis pelos acontecimentos estão perfeitamente identificados e encontram-se nas forças de direita social-democrata e fascizantes que conluídas com os agentes do imperialismo internacional julgaram chegar o momento, agora que o processo de descolonização está esgotado, de encetar o caminho da modernização do capitalismo em Portugal que o movimento popular de massas e os oficiais progressistas e revolucionários tinham contrariado desde o 25 de Abril.

• Fazer dos órgãos de poder popular bastiões da resistência ao avanço da ofensiva burguesa e da unidade revolucionária de base

• Criar uma forte barreira à política de salvação do capitalismo

• Lançar uma poderosa frente de massas antifascista e anticapitalista

Esta é a resposta revolucionária na actual fase da luta de classes em Portugal.



A LUTA CONTINUA

25 Abril-25 Novembro



10 MESES DE LUTA

PARTIDOS E INTERESSES DE CLASSE

1 — A classe operária e o movimento popular, atravessam um período de refluxo fruto de uma derrota sofrida praticamente sem combate, da política reformista de desarmar sistematicamente as massas e das posições minoritárias das forças revolucionárias, após uma produção ofensiva travada a meio caminho pelo golpe reaccionário da direita militar.

— Os partidos que sempre partilhavam o poder (PPD, PS, PCP) e os partidos de direita (CDS) perderam as máscaras que a força da movimentação popular os obrigou a usar:

— O PCP máscara de revolucionário que tentou apresentar para aparecer agora mais claramente como aquilo que é, um partido reformista nortearando a sua acção pelas concepções revisionistas da transição pacífica para o socialismo e oscilando entre o golpeismo aventureiro e a colaboração com as forças capitalistas.

— O PS máscara de socialista para aparecer agora mais claramente como aquilo que é, um partido social-democrata sem tradição junto da luta da classe operária, ostentando, por isso mesmo, uma diferença abissal entre o número de trabalhadores que consegue influenciar eleitoralmente e os que consegue enquadrar organizativamente, e desenvolvendo uma política que, nas condições concretas da nossa sociedade em que é inviável um regime de democracia burguesa, se caracteriza por abrir o caminho às forças fascistas e reaccionárias.

— O PPD máscara de social-democrata para aparecer agora como aquilo que é, um partido de direita fascizante, o partido que mais consequentemente defende os interesses da burguesia e do imperialismo no nosso país, uma força de classe ao serviço dos interesses do capital, da propriedade privada e do lucro, que apoia a direita militar no seu projecto reaccionário para conseguir impôr de novo um regime de ditadura no nosso país.

— O CDS máscara centrista para aparecer agora como aquilo que é, um partido reaccionário, o herdeiro do colonial-fascismo de Caetano, a porta de um véu que cobre toda a extrema direita, todos os interesses e posições mais reaccionárias da burguesia portuguesa.

Isto é, a fase actual tem pelo menos o mérito de pôr definitivamente de lado uma situação em que todos se afirmavam de «esquerda» e diziam querer o «socialismo».

2 — Para além de alterar significativamente as condições da luta de classes, o golpe militar reaccionário de 25 de Novembro, representou uma derrota para a classe operária e para o movimento popular. Tudo isto exige um reexame dos instrumentos e dos objectivos da luta dos trabalhadores no nosso país, uma pausa no ritmo diabólico que o processo revolucionário exigiu dos revolucionários — e não na determinação, na organização e na luta — para um balanço crítico, para uma análise segura da nova correlação de forças, das transformações económicas, políticas e sociais operadas ao longo destes meses.

As forças que compõem o campo revolucionário, onde o MES se integra enfrentam uma situação de recomposição da sua implantação e da sua base social e clarificação organizativa, táctica, estratégica e ideológica, uma situação em que urge fazer o balanço destes meses de acção política, colher os ensinamentos preciosos das vitórias e das derrotas alcançadas, reconhecer os erros cometidos para, mais fortes, caminharmos para um reforço da linha de classe, do projecto revolucionário, capaz de definir uma táctica correcta para a fase actual da luta política dos explorados e oprimidos.

A organização da resistência popular à ofensiva repressiva da burguesia e ao avanço da direita militar reaccionária ao nível do poder político-militar exige igualmente o combate ao derrotismo pequeno-burguês que vislumbrou com as características próprias do processo revolucionário, nomeadamente as facilidades políticas que a profunda crise de dominação da burguesia e a existência do MFA concediam, uma certa «revolução» obtida sem grande esforço e rapidamente e que agora, com o desaparecimento do «conforto» dos militares progressistas e revolucionários, trilha o seu caminho cíclico do Universo da derrota e da impotência. Ora se trata da tentativa desesperada de reinventar a tábua de salvação já afundada erigindo-a em «vanguarda nacional», ora se trata do apoio indirecto à direita militar através

dos ataques às organizações revolucionárias. Ataques que são expressão de uma raiva impaciente e infantil própria de quem é incapaz de se colocar totalmente ao lado da classe operária, dos explorados e oprimidos, do lado dos que nada têm a perder, ao lado dos que só deixarão de estar derrotados quando tomarem o poder de Estado, própria de quem concebia as condições mais favoráveis de luta criadas após o 25 de Abril e desenvolvidas pela força e determinação do movimento popular, como um brinquedo, e não como um facto decisivo para milhões de trabalhadores que sentiram chegar a actualidade da Revolução Socialista, como um dado pessoal não colectivo, como a possibilidade de fazer «política» ou de alargar o campo de uma actividade política pessoal já existente e não com a possibilidade do desenvolvimento vitorioso da luta pelo Socialismo, própria dos que com o amadurecimento da luta revolucionária, na altura em que a burguesia se apresenta para conseguir o «regresso dos militares aos quartéis», desertam da luta para regressarem ao trabalho cooperativista do pequeno núcleo de activistas de um sector, de um local de trabalho, ou pura e simplesmente para regressarem a casa.

Ora se trata de malabarismos vários tendentes a justificar a possibilidade da superação do capitalismo sem a utilização da violência de classe, sem a existência de uma vanguarda política do proletariado, pelos projectos mais ou menos «puros» de «transição» para o socialismo cujo carácter pequeno burguês é mal disfarçado como o do PC. Ora se trata da outra fase do derrotismo pequeno burguês, o radicalismo, o triunfalismo, a substimação do perigo fascista como forma de garantir o mínimo de viabilidade para o aventureirismo anterior, para as concessões simplificadoras da luta de classes em que o escamotear das dificuldades e limitações da generalização da ofensiva popular sede lugar ao escamotear da força dos inimigos e adversários à minimização dos efeitos do golpe militar reaccionário, em que o uso da violência de classe tende a ceder lugar à violência desligada das massas. Os velhos «dramas» dos «politicólogos» pequeno-burgueses, fruto da sua impotência perante as questões centrais colocadas ao movimento operário nos países capitalistas desenvolvidos começam a ressurgir no após 25 de Novembro. A incapacidade perante as dificuldades de superação do parlamentarismo burguês, a incapacidade no fundo de romper frontalmente com a ideologia burguesa dominante — que começa a ressaltar da pena menos atrevida dos intelectuais pequeno-burgueses, nesta fase da democracia burguesa limitada atravessada por uma luta, que se irá agudizar, no poder político-militar que opõe as forças fascistas às forças democrático burguesas e reformistas, é o sinal claro do derrotismo pequeno bur-

guês. não pode deixar de ser feito, mas no nosso próprio terreno, no terreno da luta, no terreno que confere à luta do proletariado e do povo a força decisiva da liquidação desta sociedade de exploração e opressão e não no terreno da impotência e da derrota, no terreno que mais ou menos abertamente, confere à ideologia a força decisiva que nos é atrada pelos ideólogos pequeno-burgueses e por todos os traidores e demissionistas.

3 — Ao abrir uma nova fase de luta de classes no nosso País, o golpe reaccionário da direita militar veio provocar uma nova situação política que fatalmente dará origem a uma recomposição das várias forças políticas com particular relevo para as forças de esquerda.

A crise que o PCP enfrenta, que objectivamente o coloca perante a necessidade de reformular o seu programa e as suas estruturas dirigentes no congresso já anunciado, aponta para o reforço da sua natureza reformista, não-revolucionária, e das concepções revisionistas em que baseia a sua acção nesta consagração muito mais clara da transição pacífica para o socialismo, reforço capaz de lhe assegurar a possibilidade de jogar a sério o jogo democrático-burguês.

No desenvolvimento da sua crise o PCP enfrenta igualmente o enfraquecimento do campo reformista com a clara tendência que o MDP/CDE apresenta para desempenhar um papel cada vez mais reduzido na cena política.

A crise que as forças revolucionárias enfrentam, pelo seu lado, aponta para uma clarificação no campo da chamada esquerda revolucionária. É nesta situação que o MES prepara o seu II Congresso. O Congresso que marcará a consolidação do MES como organização comunista e o reforço da linha revolucionária de classe que temos vindo a forjar pela nossa acção de militantes comunistas. O Congresso que marcará, portanto, o reforço do MES como organização de vanguarda, o reforço da opção iniciada no I Congresso com a repulsa de fazer do MES um grupo de pressão ou uma frente de animação política. O Congresso que marcará acima de tudo uma profunda discussão entre comunistas que não deixará de levar ao reforço da unidade da nossa organização, encaminhando-a resolutamente na via da sua transformação numa força não mais orgânica a um processo político concreto mas a uma classe, à classe consequentemente revolucionária, a classe operária. O Congresso que fornecerá a resposta àqueles que jogam, voluntariamente ou não, no enfraquecimento das forças revolucionárias, no jogo de algumas figuras civis e militares voltado para a criação de um grupo de pressão pseudo-socialista que, a situação actual encoraja e a crise do campo reformista favorece pela necessidade de enfraquecimento da esquerda revolucionária como forma de tentar aligeirar os custos.



guês.

A crise que as várias correntes da ideologia pequeno-burguesa — também elas — atravessam, é o sinal mais evidente da morte de uma fase do processo revolucionário em que sectores intermédios puderam deter um processo de direcção. Esta crise é, antes de mais, o sinal de que o MFA vai desaparecer de vez da cena política e de que a direcção pequeno-burguesa, de conciliação de classes, que caracterizou desde o seu início o processo aberto em 25 de Abril de 1974 está condenado. A fase que agora atravessamos é uma fase em que o papel decisivo será ocupado pelas forças de classe, pelas forças que saibam exprimir os interesses e necessidades das classes fundamentais, burguesia e proletariado.

O combate às posições pequeno burguesas do derrotismo, do radicalismo, do demissionismo, do intelectualismo tem uma importância que não se deve desprezar numa fase como esta em que o realinhamento táctico dos revolucionários, o balanço crítico da nossa acção

Na análise crítica da nossa acção de revolucionários, da prática política que defendeu e defende a actividade da luta pelo socialismo, da prática política que desempenhou o papel fundamental na construção da maior arma contra a ideologia e o poder da burguesia — a organização do poder popular —, da prática política que defendeu a organização da tendência dos oficiais revolucionários como aliados da luta do proletariado e do povo, a organização autónoma dos soldados, da prática política que, com erros é certo, teve a ousadia de recusar o etapismo reformista e o radicalismo estérico a erguer uma alternativa assente na destruição do aparelho de Estado e das Forças Armadas burguesas e na construção de um novo aparelho de Estado assente no Poder Popular e de um exército popular revolucionário, na análise crítica da nossa acção de revolucionários, dizíamos, encontraremos a força para superar a actual crise que a esquerda e o movimento popular atravessam e na organização da resistência popular a caminho da vitória.

PARRY SON — sobre a organização operária

Pretendendo ser um órgão de esclarecimento e debate para quantos lutam contra a exploração capitalista, Poder Popular deslocar-se-á, sempre que possível às fábricas, para trocar impressões com os operários sobre as suas experiências de organização e de luta.

Esta semana conversámos com a C. T. da Parry Son.

Começamos por conversar sobre a organização operária a nível de Lisboa, nomeadamente sobre as relações com o Secretariado Provisório das C. T. da Cintura Industrial de Lisboa, estrutura controlada pelo PCP que esteve na origem da convocação das duas grandes manifestações que tiveram lugar poucos dias antes do 25 de Novembro.

Embora tenha estado representada na assembleia para a formação do Secretariado Provisório da Zona Ocidental de Lisboa, a Parry Son, cuja CT tem aderido a vários grupos de trabalho com organizações de outras empresas (bem como CMs) tenciona actualmente aprofundar a sua actividade nas organizações de base da margem Sul — mesmo em prejuízo do secretariado.

25 DE NOVEMBRO, «PROVA REAL»

Num momento em que se punham propostas revolucionárias bastante avançadas, o golpe de direita vem surpreender os trabalhadores, destruir algumas das suas conquistas e pôr em perigo todas as outras. Perante a estratégia das forças reformistas, que recuam no momento decisi-

vo e abandonam o terreno ao inimigo, a organização autónoma dos trabalhadores, desamparada sem qualquer direcção ou informação política e militar, mostra-se demasiado débil para resistir sozinha e vencer a crise.

É natural, portanto que a CT da Parry Son nos tenha posto a seguinte questão: «como é possível que estando a organização dos trabalhadores aparentemente tão avançada, órgãos como a Intercomissões de Lisboa fiquem automaticamente paralisados; como é possível que, perante o avanço da direita, não surja de imediato a contra-ofensiva dos trabalhadores; por que razão, numa fase tão adiantada, os trabalhadores ficam eternamente à espera das decisões dos secretariados ou coordenadores, e estas à espera de informações dos sindicatos (I), e estes, abandonados politicamente no auge da crise político-militar, reduzem a nada o movimento operário?»

Todas estas questões, segundo a CT, sugerem profundas falhas organizativas para responder a uma situação como o 25 de Novembro. Tanto mais que os operários não sentiram co-

mo obra sua, isto é, partindo das bases, a existência do Secretariado da Cintura I. de Lisboa.

TAREFAS IMEDIATAS

Para dar uma resposta imediata a todas estas falhas e carências, a CT da Parry Son só foi capaz de encontrar uma resposta: torna-se necessário reforçar a organização operária, reforçar a organização popular, a construção de órgãos autónomos a partir das bases, capazes de agir autonomamente em horizontes políticos mais vastos que as organizações sindicais, por exemplo: toma-se necessário defender intransigentemente o terreno já conquistado, não cedendo um passo à burguesia e ao seu Governo reaccionário.

Neste sentido, a CT da Parry Son tem em estudo, juntamente com outras empresas do grupo CUF, a forma de congregar, na margem Sul, as organizações dos trabalhadores, construindo a pouco e pouco órgãos mais vastos (se necessário com a colaboração de representantes sindicais), até chegar a um secretariado nacional. Sobretudo pretendem evitar uma tática global como a adoptada até agora e que, segundo a expressão de um dos camaradas da CT, era uma espécie de «salto à vara» — em que o movimento operário dava saltos espantosos, nem sempre

sabendo, porém, que chão lhe ficava para trás nem onde iria assentar os pés... Sem deixar, em suma, uma ligação concreta com as bases organizativas.

Ainda dentro deste âmbito, juntamente com o reforço das assembleias regionais (neste caso Almada, Seixal, Barreiro, etc.), a CT considera como essencial:

1. A defesa imediata da Reforma Agrária.
2. Substituir a ligação às unidades progressistas, agora impossível e sem sentido, pelo reforço constante da organização operária, criando formas autónomas de defesa.

Para a CT da Parry Son não se põem em causa a necessidade ou a correcção da proposta para um secretariado da Cintura de Lisboa, por exemplo, porque jamais põe em causa os objectivos finais que tais órgãos podem servir: o avanço da organização

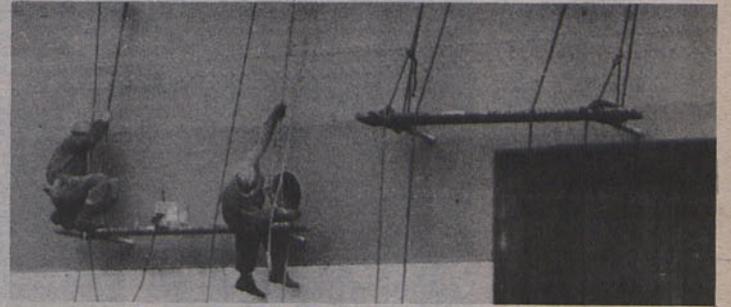
operária e a alicerção do seu poder. Nem a CT se nega a colaborar com órgãos desse tipo, nem perde de vista objectivos globais. O que a CT aponta como prioritário, porém, actualmente é:

1. Uma sólida organização de base, reforçando-a e defendendo-a onde já existe e avançando-a onde for possível.
2. Colmatar a fragilidade da articulação entre as CT e CM e os secretariados e coordenadores. Esta falta de ligação é amplamente sentida pelos operários e nesse sentido a CT pretende deixar de «saltar à vara» e propor um avanço seguro das organizações, adequado à fase actual, em que está iminente o golpe fascista.
3. A necessidade de que os órgãos dos trabalhadores se desenvolvam autonomamente, de modo a garantir a sua eficácia e que esse movimento parta de baixo

para cima, de modo a evitar que todo o trabalho caia no vazio — como sucedeu no 25 de Novembro, ao ser desamparado política e militarmente em pleno golpe contra-revolucionário.

4. A colaboração e solidariedade na prática com os trabalhadores rurais em defesa da Reforma Agrária e na eliminação dos intermediários onde seja possível (caso de Almada, e Setúbal, como já se demonstrou na prática com uma primeira experiência) Este objectivo exige uma coordenação directa com as cooperativas agrícolas, por exemplo.

Estes os principais pontos que levaram a CT a adoptar a actual linha fundamental de trabalho desamparando assim alguns projectos aparentemente mais avançados (mas com pouca força de coordenação e organização) como, por exemplo, o Secretariado Provisório da Zona Ocidental de Lisboa.



Rádio Renascença — de novo ao serviço da burguesia?

«Resolveu o Governo fazer a restituição (à Igreja católica, claro!) das instalações e bens, ilegalmente ocupados, da Rádio Renascença, em Lisboa» — assim reza a nota do Ministério da Comunicação Social onde pontifica o fascista Ferreira da Cunha.

A luta dos trabalhadores da Rádio Renascença é longa. As massas trabalhadoras conhecem-na bem. Acompanharam-na, apoiaram-na, passo a passo.

«Rádio Renascença ao serviço da classe operária, dos camponeses e do povo trabalhador». Eis o que não podia permitir o VI Governo de salvação do capital, nem o Conselho da Contra-Revolução. Há pouco tempo, incapazes de governar (já que as massas se opunham decisivamente aos seus desígnios) estes senhores recoreram ao atentado bombista para calar um emissor que se encontrava ao serviço do povo.

Hoje, reforçados com a golpe do 25 de Novembro, sentem-se já com

forças para fazer o que sempre desejaram — entregar a R.R. à hierarquia religiosa (que juntamente com os oficiais do quadro permanente das F.A., representa um dos sectores mais reaccionários neste País).

Este facto representa mais um importante atentado à luta das massas trabalhadoras para a sua emancipação e pelo socialismo. Ele insere-se no plano que visa o restabelecimento do poder de velhos (ou novos) senhores, exploradores do povo e lacaios do imperialismo. É um plano simples, tão velho como é velha a exploração capitalista. Tem várias fases. Vejamos:

1 — Reconstruir uma máquina de reprimir o povo, em nome do socialismo e em proveito dos capitalistas.

Neste sentido assistimos à prisão, perseguição e saneamento dos militares que sempre mostraram estar ao lado do povo (hoje apelidado de contra-revolucionários, precisamente por aqueles que nunca estiveram ao lado do povo — do

social-democrata Pezarat ao fascista Veloso). Assistimos ao aumento do exército profissional-mercenário (caso do aumento de efectivos na GNR, onde «10 000 abraços aguardam os novos recrutas!»).

Ao mesmo tempo, enquanto voltam do activo os fascistas afastados no 11 de Março e no 25 de Abril em nome do apartidarismo (partidários são os comunistas que os capitalistas são sempre «independentes»), proibem-se todas as formas democráticas dentro dos quartéis — ADU's, GDU's, Assembleias de Soldados, etc. — e são saneados os que delas faziam parte. Desta forma, proíbem-se (como se fosse possível) que a luta de classes entre nos quartéis, pretendendo-se que o exército seja um corpo separado do povo, para que não sofra a sua «nefasta» influência.

Mas os capitalistas sabem que se pretenderem restaurar demasiado depressa o seu domínio, se arriscam a receber uma

resposta «contudente» das massas trabalhadoras que, para além de estarem organizadas, dispõem hoje de um importante trunfo — têm os olhos abertos.

E é aqui que entra o segundo aspecto do plano da burguesia:

2 — Reconstruir uma máquina de enganar o povo.

Para isto é necessário controlar a TV, Rádio e jornais. Nesse sentido trabalha o VI Governo. Quem melhor que o fascista Ferreira da Cunha para organizar uma informação bem pluralista?

Distribuem-se os jornais nacionalizados pelos partidos da Coligação (sem ouvir trabalhadores nem leitores) o que, para além de ser arbitrário, mais não visa do que provocar uma nítida viragem à direita na informação. E claro que a burguesia para além dos jornais que recebe desta maneira, tem dinheiro que lhe permite manter abertos outros tantos («O Dia», «O Tempo», «Nova Terra»,

«Templário», «A Luta», «Luta Popular», «Jornal Novo», Expresso», etc.).

Claro que o único jornal que tentava colocar-se ao lado dos trabalhadores, e que vivia à sua própria custa — «O República» — está já a braços com sérios problemas... administrativos. Entretanto, para nos irmos habituando ao pluralismo, temos emissora de rádio única (com a RR e o RCP silenciados), e noticiário também único — assim é a liberdade da burguesia!

E também a televisão obedece ao mando firme, que é para acabar com os desmandos e retomar a disciplina!

Mas tudo isto são meros preparativos. Na verdade o ponto fundamental do plano do capital é o seguinte:

3 — Reduzir os operários e os camponeses, isto é restabelecer o velho princípio do «trabalha e cala-te!» que tão útil é ao domínio e gordos lucros da burguesia.

Este o objectivo! Esta a finalidade!

E já aí estão os aumentos de preços (de bens de consumo), os congelamentos de salários com suspensão de acordos colectivos — logo se vê quem pretende a burguesia que pague os custos da crise do capitalismo!

Reprimir e enganar, para roubar, extorquir, explorar — esta a grande lei, a querida ordem, a única verdade de todos os capitalistas, sejam «sociais», «populares», «democratas» ou fascistas.

A batalha da informação é uma batalha importante para a qual as massas trabalhadoras terão de mobilizar-se.

Lutar contra a (des)informação oficial, apoiar a imprensa progressista, impedir que o dinheiro do povo seja gasto em propaganda reaccionária, são tarefas imediatas.

A única informação livre é a que luta contra os patrões, o capitalismo e a exploração.

Se o Governo quer outra que a faça, que a leia e que a pague — nós não!

25 Abril-25 Novembro



10 MESES DE LUTA

A classe operária viveu, em todo este período iniciado pelo 25 de Abril, uma experiência importantíssima de luta e organização.

Os ensinamentos a tirar de todo este período de luta operária são muitos e diversos, foram novos objectivos de luta que se alcançaram, foram novas formas de luta que foram utilizadas; foi em conclusão, a enorme capacidade e determinação das massas trabalhadoras que esteve presente.

Fazer o balanço de todo este período de luta operária parece-nos tarefa fundamental, para nós, MES:

Em 1.º lugar porque sendo a classe operária a força dirigente das massas exploradas é nas dificuldades da sua luta e organização, que mais facilmente podemos descortinar as dificuldades da revolução. As dificuldades da classe operária em se unir e organizar em torno dos seus interesses revolucionários, estão na origem das dificuldades sentidas para unir operários, soldados, marinheiros, camponeses, empregados e intelectuais. Porque estas forças só se unem e se transformam num bloco, quando têm um programa e uma direcção que lhes aponte o caminho.

Em 2.º lugar é fundamental que uma organização como a nossa, que luta para se tornar numa força dirigente e organizadora do proletariado, faça este balanço.

Em 3.º lugar e num momento em que se abriu no nosso País, uma nova fase de luta de classes, é fundamental dar combate aos oportunistas, que trocam a teoria científica do proletariado pelo ecletismo pequeno-burguês, os grandes interesses históricos das massas pelos interesses individuais e imediatos das suas pessoas e trocam o trabalho de organização firme e segura do proletariado pelas alianças sem princípio e pela conciliação com os inimigos da revolução.

BALANÇO DE 19 MESES DE LUTA OPERÁRIA

I — 1.ª FASE DE LUTA — A FASE DAS LUTAS REIVINDICATIVAS

O 25 de Abril consequência que foi do agravamento da crise do capitalismo português, surgiu num período em que era evidente uma intensificação da luta dos trabalhadores.

Efectivamente assiste-se

nos fins de 73 e nos 3 primeiros meses de 74, a uma crescente luta das massas trabalhadoras e em particular da classe operária.

As formas de luta iam desde as greves, que contaram com a participação de centenas de milhares de trabalhadores até à redução dos ritmos, apresentação de cadernos reivindicativos, etc..

O objectivo destas lutas era o combate às condições de sobre-exploração a que as massas trabalhadoras se encontravam sujeitas e visavam principalmente: o aumento de salários, redução dos horários semanais, o aumento de dias de férias, subsídios etc.



Os principais ramos em que estas lutas se deram foram: na metalurgia, material eléctrico, têxteis e lanifícios e construção civil.

Com o 25 de Abril e a queda do Governo de Caetano, dá-se uma grande explosão de luta operária.

A classe operária tomou imediatamente posições: para além da grandiosa participação operária na grande jornada do dia 1.º de Maio e nas manifestações de rua logo após o 25 de Abril, foram tomados neste período os sindicatos operários que estavam controlados pelo fascismo, desenvolveu-se a luta e a organização na fábrica e alastraram as lutas operárias que passaram a ter 3 objectivos principais:

Luta pelo salário mínimo, luta por aumento de salários com redução dos leques e luta pelos saneamentos (têm particular importância a luta dos metalúrgicos de Lisboa e Porto pelo CCT, têxteis e lanifícios)

Assiste-se então a um

LUTA OPERÁRIA

(1.ª parte)

grande surto grevista e às primeiras ocupações das fábricas por parte da classe operária.

Distinguem-se neste primeiro período as lutas dos trabalhadores da Lisnave, TAP, CTT e Jornal do Comércio.

As duas primeiras, pelo seu carácter avançado de luta dos sectores de ponta da classe operária.

A luta dos CTT traz à luz do dia as contradições do exército burguês, quando os trabalhadores dos CTT ligam a sua luta à luta pela libertação dos dois milicianos Anjos e Marvão que tinham sido presos por se terem recusado a comandar a intervenção militar nos CTT.

porque a acumulação de capital, sempre assentou e há-de continuar a assentar, entre nós, na sobre-exploração dos trabalhadores baseada em salários de miséria. Tudo isto nos leva a perceber que o domínio de classe da burguesia em Portugal, só episodicamente pode assumir características democráticas, o que nos diz que a luta democrática consequente é necessariamente anticapitalista» (1).

Mas a luta operária tinha grandes limitações caracterizadas por nós nesta altura com: «a extrema fraqueza política em que se encontra o proletariado português, caracterizada pelo fraco nível de consciência de

conquistada nos locais de trabalho e nos sindicatos.

A luta, tem de se colocar numa perspectiva de confrontação de poder, de um lado o poder do patronato, do outro o poder dos trabalhadores. Só com uma forte organização operária nos locais de trabalho é possível responder à inevitável reconversão capitalista da indústria e da agricultura» (1).

Aqui já apontávamos nesta altura a importância das C. de T., como órgãos fundamentais. No campo da luta sindical apontamos como objectivos:

«A construção de um sindicalismo de base, organizado democraticamente, controlado em todos os seus aspectos pelos trabalhadores e que sirva para formar e fortalecer a consciência política dos trabalhadores, o que só será possível, se se tiverem presentes e se forem percebendo em cada luta as limitações de acção sindical» (2).

Nós sempre dissemos que as tarefas da classe operária eram: avançar nas reivindicações, avançar na afirmação do seu poder, dirigir a luta de todo o povo trabalhador, aliar-se aos sectores progressistas do M.F.A.

Foi com esta perspectiva que combatemos a linha do P.C.P., que nesta fase atacou os avanços da luta operária, tentando mantê-los dentro dos limites sindicais. «Esta necessidade de reduzir a luta dos trabalhadores aos quadros sindicais é para o P.C.P. de tal modo premente, que não tem hesitado em caluniar, deturpar, mentir e apadrinhar a repressão sobre essas lutas (casos da TAP, Lisnave, «Jornal do Comércio, CTT)» (3).

No entanto a linha do P.C.P. entra numa grave crise desde então «a linha de conciliação de classes que coloca objectivamente o proletariado português a reboque dos interesses da burguesia liberal e se traduz numa aliança estática com o M. F. A., abre brechas em 2 pontos: por um lado a separação da luta económica/luta política é incontestável na fase actual.

Os trabalhadores sentem que não há 2 lutas uma contra a reacção e pela defesa das liberdades democráticas e outra reivindicativa, sentem que a sua luta é que pode efectivamente consolidar as condições mais favoráveis de luta existentes.

Por outro lado... os trabalhadores sentem que os adversários são capitalistas, monopolistas ou não. Pois até são os não-monopolistas que mais despedimentos fazem, que menos contratos cumprem, que mais empresas fecham» (3).

Os chamados grupos «marxistas-leninistas» que nesta altura tinham uma força bastante diminuta, defendiam contudo que a luta operária se orientasse exclusivamente pela radicalização de reivindicações económicas.

A questão da crise do poder e das suas contradições eram segundo esta linha política questões desprezíveis para a classe operária enfrentar.

Por um lado radicalismo económico, por outro defensismo político.

Continua no próximo número

Notas:

- (1) Texto C.O.Z. Julho 1974
- (2) Texto C.O.Z. Julho 1974
- (3) Texto S.O.R.L. — Nov. 1974

Poder Popular

6 meses 100\$00 12 meses 200\$00
 apoio 400 \$ 00
 estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____
 Morada _____
 Localidade _____ Profissão _____
 Jornal semanal — todas as 4.ª-feiras
 Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista
 Administração - Redacção Av. D. Carlos I - 128, Lisboa telefone 66 26 83
 Composição e impressão Renascença Gráfica, S.A.R.L. Rua Lusitana, 44 - Lisboa

25 Abril - 25 Novembro
19 MESES DE LUTA
 ABAIXO O CAPITALISMO
 VIVA A CLASSE OPERÁRIA

Aparelhos Escolares

A escola é uma instituição fundamental do modo de produção capitalista, destinada a reproduzir a qualificação da força de trabalho, segundo as necessidades do capital, e a preparar ideologicamente os quadros intervenientes no processo de produção.

Como instituição, onde a dominação burguesa é exercida fundamentalmente, não pela repressão, mas pela ideologia, na escola reflectem-se necessariamente de forma aguda, as crises de dominação capitalista.

Quando surge o 25 de Abril tinha já o Movimento Estudantil, sobretudo nas universidades, desenvolvido lutas importantes, de conteúdos avançados, contra a guerra colonial e repressão e contra a escola capitalista

No entanto, apesar de após o 25 de Abril se terem concretizado conquistas importantes de docentes e estudantes progressistas (gestão democrática, saneamento, reabertura das associações de estudantes, etc.) é hoje constatável nas escolas uma situação de desmobilização.

Esgotados os conteúdos de luta mais importantes do Movimento Estudantil (M.E.), sobre o fascismo, contra a guerra colonial e a repressão, assistiu-se desde o 25 de Abril a um afastamento cada vez maior entre aqueles que nas escolas se colocavam ao lado da luta dos trabalhadores (que muitas vezes optaram por abandonar as escolas, privilegiando outras formas de trabalho político) e a maioria do corpo estudantil.

É assim que os primeiros processos importantes de luta desenvolvidos pelo M.E., logo após o 25 de Abril têm um carácter de massa em tor-

no de objectivos concretos (saneamento dos fascistas, reabertura das Associações de Estudantes, (A.E.) luta por uma gestão democrática e contra os métodos autoritários) que no essencial foram concretizados já que houve capacidade de acompanhar a luta mais geral que as massas trabalhadoras desenvolviam na altura.

Mas a continuação do processo revolucionário secundariza as lutas estudantis em relação à luta política global, que vinha demarcando cada vez mais os dois lados da barricada e em que a questão do poder se afirmava como fundamental

E se as massas trabalhadoras começavam a afirmar a sua capacidade de se oporem à burguesia e construir uma alternativa ao sistema de exploração e produção; nas escolas assistia-se a um afastar e desinteresse dos estudantes pelos processos desenvolvidos já que não lhes sendo facilitada uma alternativa foram caindo não só no alheamento e na degradação (nos liceus a droga e prostituição — favorecidas pelas forças reaccionárias), mas também nas organizações de direita que começavam a surgir nas escolas.

Aqui, importa clarificar que a incapacidade de criar uma alternativa deve-se na sua essência ao desenvolvimento rápido do processo revolucionário português e também porque não havia uma alternativa concreta de como os trabalhadores se poderiam organizar autonomamente.

Essa alternativa surgiu em processos de luta dos trabalhadores que criaram estruturas em que impuseram o seu poder (o Poder Popular). **Nessa altura, os estudan-**

tes marcados pela sua origem social, não encontrando espaços onde pudessem debater os problemas, foram cada vez mais tomando posições de direita muitas das vezes inconscientemente, apenas referenciando-se ao emblema que traziam ao peito Se objectivamente havia uma incapacidade de ligar a luta dos estudantes à luta dos trabalhadores, também as organizações estudantis progressistas tiveram as suas responsabilidades. Nomeadamente

de esquerda lutaram e lutam não para agudizar a crise por si só, mas, por apresentarem alternativas capazes de ligar a luta dos estudantes à luta dos trabalhadores. Foi neste sentido que apresentámos propostas como a das «Saídas organizadas» em alternativa ao «Serviço Cívico» e defendemos numa perspectiva revolucionária propostas da reestruturação do ensino que ainda que pontuais pudessem pôr em causa a escola capitalista.

meadamente nos liceus) que boicota as posições de esquerda aproveitando-se da situação de largas massas estudantis que não sabendo para onde se virar, vão cair na alienação. Porque não houve capacidade de aglutinar os estudantes progressistas, incapazes de ligarem o seu quotidiano escolar aos princípios ideológicos e políticos que afirmam defender.

E se antes do 25 de Novembro a questão fundamental era aglutinar

introduzidas com esta vitória das forças da burguesia não nos devem fazer perder de vista os objectivos centrais da luta de forma a permitir o seu desenvolvimento na fase em que a ofensiva popular se volte a colocar como irreversível.

Devemos compreender que alguns dos objectivos continuam a ter plena actualidade ainda que devam ser abordados e desenvolvidos de outra forma.

Devemos compreender a importância de continuar a desenvolver uma política de unidade revolucionária que faça com que também nas escolas a palavra de ordem «RESISTIR PARA VENCER» seja levada à prática.

Devemos compreender a importância do poder (com o 25 de Novembro) vai ser acompanhada com medidas repressivas sobre o M. E. (lembramos que a Rádio Estudantil foi encerrada pelas autoridades) com vista a recuperar algumas conquistas já alcançadas e que permitam iniciar o processo de reconversão capitalista das escolas ao qual devemos responder com energia de forma a impedir que isso aconteça.

Devemos compreender a importância de erguer uma forte organização do M.E. a nível nacional que possibilite mobilizar a juventude estudantil para as tarefas que o momento exige.

É por tudo isto que o continuar de uma intervenção organizada nas escolas por parte das forças revolucionárias é decisiva para que, num momento em que a burguesia lança a sua ofensiva repressiva sobre as massas populares e oprimidas, haja capacidade de haver uma resistência organizada e generalizada em todos os sectores.



te aquelas que tolhida, pelo seu reformismo mais não visavam do que o controlo do aparelho de Estado num momento em que a crise do ensino se agudizava, em que a luta de classes se agudizava, era tarefa fundamental não tentar resolver a crise, conciliando com a burguesia no Governo e no MEIC, não tentando controlar as lutas porque a crise como está demonstrado pela prática do processo não se resolve conciliando, mas sim, colocando-se claramente num dos lados da barricada. Pelo contrário outras ten-

É neste contexto que o 25 de Novembro vai encontrar o Movimento estudantil. E assim, a que é que assistimos nesses dias que antecederam e que precederam o 25 de Novembro?

Assistimos à incapacidade da juventude estudantil se juntar aos revolucionários e às massas populares na defesa das conquistas já alcançadas. E isto, porque não há organismos estudantis capazes de levar os estudantes a lutar pela Revolução Socialista. Porque assistimos ao começo da organização da direita nas escolas (no-

os estudantes revolucionários numa proposta política global que os ligasse ao processo social o que passava no essencial por impor progressivamente o controlo popular sobre o ensino como suporte fundamental para a transformação completa deste sector e que tinha como objectivos imediatos pelos quais devemos lutar:

— a utilização revolucionária pelas massas dos centros de saber;

— a alteração da prática social da massa estudantil.

Devemos compreender que as alterações in-

entrevistas

prisão de Custóias

com mulheres dos militares presos

entrevista

com a mulher do cap. Cabral e Silva

1. Sobre o 25 de Novembro tem-se falado muito de um golpe de esquerda mas ainda ninguém disse que na noite de 24 para 25 as estradas foram cortadas a partir de uma mobilização reaccionária de Rio Maior. Foi, para mim, aqui que começou o golpe de 25 de Novembro, foi um golpe de direita e nunca de esquerda. Tenho a certeza que não havia golpe e que o meu marido não estava a pensar em golpes. E vou explicar porque:

1.º — Por razões ideológicas o meu marido nunca alinharia em golpes de Estado ou tentativas de tomada de poder e como muitos militares que eu conheço e estão também presos, um revolucionário está ao lado das organizações autónomas, dos trabalhadores, defendendo os interesses da classe operária e não golpes, por isso nunca pensaria em golpes ou em guerras civis nas quais é o povo o grande sacrificado e vencedora a burguesia que é quem tem dinheiro para armar exércitos.

2.º — Por razões circunstanciais tenho também a certeza de que ele não estava metido em nenhum golpe. Sábado e domingo passámos o fim-de-semana a descansar e ele esteve a fazer uma série de arranjos que eu tinha pedido.

Segunda-feira chegou a casa cerca das 19 horas e esteve-me a contar que tinha ido à Setenave fazer uma sessão de esclarecimento sobre o Manifesto, que tinha corrido bem, e possivelmente continuava noutro dia da semana. Jantámos e ele a seguir ao jantar resolveu gravar música, a música é um dos seus passatempos favoritos, eu sei porque tinha uma

reunião sindical, e perguntei-lhe se precisava do carro, disse-me que não, quando voltei depois da 1 da noite, ele estava preocupadíssimo porque tinha ouvido num noticiário que as estradas cortadas para o Norte por uma manobra que tinha começado a partir

Não posso aceitar que os oficiais que foram presos no 25 de Novembro sejam acusados de contra-revolucionários, isso é uma calúnia levantada pelas forças reaccionárias, para as quais os actuais presos eram incómodos; não se podem acusar de contra-revolu-

SAUDAÇÃO DO MES

O golpe de direita do 25 de Novembro, que nos levou à prisão, não significa a uma tentativa das forças de contra-revolução de travar a marcha da ofensiva popular em direcção à institucionalização de um poder revolucionário em que a organização popular tivesse um papel determinante, garantindo o exercício de uma verdadeira democracia proletária, significa mais do que isso — a abertura de condições para o esmagamento das mãos «militares» libertadas, que a classe operária e as massas populares conseguiram alcançar através da sua luta dura e determinada, fazendo cair de novo sobre o nosso povo e a nossa pátria — o espectro do fascismo.

CAMARADAS:

A vossa prisão é um primeiro sinal da repressão que a burguesia prepara se for capaz de reconstruir o seu aparelho repressivo, sobre o movimento popular, as suas organizações próprias e os partidos e organizações revolucionárias.

Não escondemos assim a gravidade da situação criada pelo desmantelamento da organização democrática nas Forças Armadas e pela vossa prisão, mas também não dividimos da força da classe operária, dos revolucionários e da sua vontade inabalável em combater até ao fim pela sua libertação, até à vitória da Revolução Socialista.

Neste momento o nosso movimento, que respondeu consequentemente ao golpe da direita e a todos os traidores que tudo sacrificam à conciliação com as forças da burguesia, mantém-se firme na vanguarda da luta proletária, empenhando-se em erguer uma nova unidade de base capaz de fazer frente ao perigo do fascismo e apontando às massas os novos combates que se avizinham.

CAMARADAS:

A vossa libertação é hoje uma exigência que se insere na própria luta de libertação da classe operária.

Por isso nos, dizemos: libertação imediata de todos os camaradas militares presos! Não aos «hóides expiatórios»!

A vossa luta de resistência é acompanhada e aliada pelas operárias e os trabalhadores, como sua! As manifestações de solidariedade que crescem de fila para fora, são a prova disso!

Por isso nós dizemos: firmeza, luta e unidade!

A luta continua! A vitória é certa!

Viva a Revolução Socialista!

Saudações revolucionárias
A CPN DO MES
24 Dezembro 1975

de Rio Maior. Tinha de saber o que se passava porque achava tudo muito perigoso. Saiu e passado um bocadinho voltou e disse-me para encher banheiras de água e por velas à mão pois os tipos de Rio Maior tinham ameaçado cortar a luz e a água. Perguntei-lhe o que se passava, respondeu-me que devia ser o desencadear de um golpe de direita e que estava tudo muito confuso. Creio que isto chega e sobra para eu ter a certeza de que ele não estava metido em golpe nenhum, e golpe, se havia, era de direita.

cionários homens que procuraram estar ao lado do povo.

Não posso nem ninguém pode aceitar situações de libertação sob a forma de amnistia, seria aceitar uma culpa e num golpe que nunca existiu.

Os presos têm de ser libertados e moralmente satisfeitos pela recolocação nos postos que tinham. Admito que tenha até havido no meio da confusão um engano em prender estes homens. Se os comunicados oficiais os acusam de contra-revolucionários é porque quem os redige se

considera revolucionário. Pois se assim é, só terão uma forma de provar a sua capacidade revolucionária e honestidade. Esta passará pela autocritica do engano cometido e reabilitação de todos que já injustamente foram acusados de contra-revolucionários.

Só a verdade é revolucionária.

Quanto à posição de ele e de mais alguns militares revolucionários presos que eu conheço acerca da revolução socialista, creio que já expus nas razões ideológicas que não permitiam que ele alinhasse em golpes.

Quanto à função do Exército como aparelho repressivo creio que as posições dele, chegam para provar que para ele o Exército não pode ser um órgão de repressão do povo.

Como é que o meu marido foi preso?

Foi preso a primeira vez no R.E. e pelos comandos que o foram lá buscar com duas «chaimites», nessa altura já estava apresentado na Comissão de Inquiridos, depois foi libertado e voltou para casa. Numa das idas à Comissão de Inquiridos mandaram-no ir ao Q.G., foi aí que foi preso e levado para o RALIS, dormiu essa noite no RALIS e daí foi para Santarém, para o Presídio Militar.

2. Desconheço as condições de prisão pois não pode receber visitas, segundo me disse nos primeiros cinco dias. Se alguém o conhecer o Presídio Militar de Santarém que diga como é.

Telefonei para lá no sábado às 18 horas, disseram-me que ele não podia atender porque o assistente não podia na altura vir ao telefone, presumo que seja uma pessoa que tem para estar ao pé dele enquanto fala; perguntei então quando poderia falar e combinei passado meia hora. Nessa altura ele

veio ao telefone e disse-me que estava bem, disse-me para não desanimar porque como eu sabia não tinha havido golpe nenhum e portanto mais cedo ou mais tarde tudo havia de ficar esclarecido.

3. Moral dos presos.

O meu marido é uma pessoa que não desanima com facilidade e portanto creio que o facto de ser preso não será para ele motivo para deixar de estar sempre ao lado do povo.

4. Perspectivas políticas.

Considero que ainda há uma grande instabili-

dade política. A evolução do processo político será a partir de agora unicamente função da consciência e da capacidade das massas trabalhadoras em fazer avançar a revolução.

O Exército voltará cada vez mais aos moldes tradicionais, isto é, a servir o poder político instituído e não o povo.

Por outro lado já se nota que os aparelhos repressivos tradicionais, PSP e GNR estão a ser reforçados, até na Televisão se faz propaganda da GNR e das boas condições que terão os que a forem servir.

entrevista

com a mulher do cap. Jorge Alves

1 — No dia 30/11 às 02.00 h da madrugada, enquanto vigorava o estado de sítio e, embora publicamente fosse dito que não se tomariam medidas deste tipo fora das horas normais (entre o anoitecer e o amanhecer) um grupo de «comandos» armados de metralhadora, vieram à nossa residência. Após longa insistência de campanha, transmitiram a meu marido a ordem de que deveria acompanhá-los ao comando da região aérea. Durante a «visita» procederam a uma busca requintada a todos os cantos da casa fazendo lembrar os tempos da PIDE-DGS.

Ao fim da manhã do mesmo dia foi transferido «via aérea» para Custóias. Só mais tarde me contou que o motivo que levava à detenção teria sido uma hipótese tomada de posição em relação à ocupação da E. N., o que aconteceu é que o cap. Jorge Alves nem por lá passou nesse dia!

Quanto à posição do meu marido face à revolução socialista, penso que é sobejamente conhecida. É, e sempre foi, um dos impulsionadores do 25 de Abril e isso o podem confirmar os próprios que agora lhe passaram ordem de captura.

Parece-me que esta afir-

mação não seria necessária pois trata-se de um facto comum aos detidos do 25 de Novembro.

2 — Quanto às condições de isolamento absoluto, em que todos se encontram em Custóias, prefiro não me pronunciar em pormenor pois julgo que, para definir os métodos até aqui usados para reprimir a voz dos que querem o verdadeiro socialismo, basta aquilo que já foi dito e que, mesmo os que não queiram ouvir ou ver, haverão de acreditar mais tarde ou mais cedo.

3 — A moral dos revolucionários detidos é francamente elevada quando se luta por uma causa justa e se sabe o que se quer, nada nos faz baixar a moral, nem mesmo a repressão. Para além disso, eles sabem que podem contar com a solidariedade dos que para aquém dos muros, lutam com eles pela mesma causa.

4 — Face aos acontecimentos vividos até este momento e atendendo às medidas que estão a ser tomadas pelos centros do poder, penso que somente as massas trabalhadoras verdadeiramente revolucionárias e organizadas poderão tomar nas mãos a direcção do processo revolucionário.